

TEXTO PARA DISCUSSÃO N° 386

**ANÁLISE DA EVOLUÇÃO DE INDICADORES EDUCACIONAIS NO BRASIL:
1981 A 2008**

**Eduardo Luiz Gonçalves Rios-Neto
Raquel Rangel de Meireles Guimarães
Patrícia Silva Ferreira Pimenta
Thiago de Azevedo Moraes**

Junho de 2010

Ficha catalográfica

370.981 Rios-Neto, Eduardo Luiz Gonçalves.
R586a Análise da evolução de indicadores educacionais no
2010 Brasil: 1981 a 2008□ / Eduardo Luiz Gonçalves Rios-Neto;
Raquel Rangel de Meireles Guimarães; Patrícia Silva
Ferreira Pimenta; Thiago de Azevedo Moraes. - Belo
Horizonte: UFMG/Cedeplar, 2010.

32 p. (Texto para discussão ; 386)

1. Educação - Brasil. 2. Indicadores educacionais -
Brasil. 3. Educação e Estado - Brasil. I. Guimarães, Raquel
Rangel de Meireles. II. Pimenta, Patrícia Silva Ferreira. III.
Moraes, Thiago de Azevedo. IV. Universidade Federal de
Minas Gerais. Centro de Desenvolvimento e Planejamento
Regional. V. Título. VI. Série.

CDD

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
CENTRO DE DESENVOLVIMENTO E PLANEJAMENTO REGIONAL**

**ANÁLISE DA EVOLUÇÃO DE INDICADORES EDUCACIONAIS NO BRASIL:
1981 A 2008***

Eduardo Luiz Gonçalves Rios-Neto

Professor Titular do Departamento de Demografia/CEDEPLAR/UFMG
e coordenador do Projeto Observatório da Educação
eduardo@cedeplar.ufmg.br

Raquel Rangel de Meireles Guimarães

Doutoranda em Demografia/CEDEPLAR/UFMG
raquel@cedeplar.ufmg.br

Patrícia Silva Ferreira Pimenta

Graduanda em Economia/FACE/UFMG e Assistente de Pesquisado Observatório da Educação
patriciapimenta@cedeplar.ufmg.br

Thiago de Azevedo Moraes

Graduando em Sociologia/FAFICH/UFMG e Assistente de Pesquisado Observatório da Educação
thiagoam@cedeplar.ufmg.br

CEDEPLAR/FACE/UFMG

BELO HORIZONTE

2010

* Relatório de pesquisa do Projeto Observatório da Educação, Edital n. 001/2008 – CAPES/INEP/SECAD. Título: Demografia da Educação: Fluxo, Proficiência, Seletividade, Desigualdades e Políticas Públicas.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO E BACKGROUND.....	6
FORMALIZAÇÃO DOS INDICADORES.....	8
DADOS E RESULTADOS.....	10
Indicadores Globais	11
Indicadores para o Ensino Fundamental.....	14
Indicadores para o Ensino Médio	21
Indicadores para o Ensino Superior	26
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	31
REFERÊNCIAS.....	32

RESUMO

Este artigo traça evidências da evolução de alguns indicadores da eficiência escolar no Brasil, a saber: taxa de atendimento, taxa de escolarização bruta, taxa de escolarização líquida e taxa de distorção idade-série. Nossa análise perpassa aproximadamente três décadas de políticas educacionais, mediante o cálculo dos indicadores para a série histórica dos microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD-IBGE). Alguns indicadores foram estratificados segundo subgrupos da população, nos atributos sexo, raça/cor e faixas do rendimento familiar *per capita*. Os resultados revelam que as políticas educacionais implementadas no Brasil, as quais foram mais incisivas sobre o Ensino Fundamental, foram bem sucedidas em termos da elevação no acesso, equalização entre subgrupos da população e diminuição da defasagem idade-série. Contudo, nos níveis médio e superior, houve uma evolução favorável no tempo, porém ainda em um patamar bastante limitado e com restrições à equalização no acesso entre os subgrupos populacionais. Desta forma, consideramos primordial que as políticas educacionais futuras possam ser mais sistêmicas nestes níveis, o que propiciará uma maior elevação nos níveis de escolarização da população.

ABSTRACT

This article traces evidences of the evolution of some school efficiency indicators in Brazil, namely: Attendance Rate, Gross Schooling Rate, Net Schooling Rate; Age-Grade distortion rate. Our analysis permeates nearly three decades of educational policies in Brazil, by the computation of the indicators to the historical series of PNAD microdata. Some indicators were stratified by population subgroups, according to the following subgroups: sex, race and quantiles of the per head family income. The results show that the educational policies implemented in Brazil, which were more incisive in the Elementary level, were well succeeded in terms of increasing and promoting equal access and also reducing grade distortion. Nevertheless, in the high school and college, there was a favorable evolution, but in a lower baseline and with restrictions in the access of some population groups. Therefore, we suggest that future educational policies should be more systemic on those last levels of schooling, which will propitiate a bigger increase of schooling levels of the population.

Palavras-chave: Indicadores Educacionais; Políticas Educacionais; Estratificação Educacional.

Keywords: Educational indicators; Educational Policies; Educational Stratification.

JEL: Y80

INTRODUÇÃO E BACKGROUND

O objetivo deste artigo é apresentar e descrever a evolução de alguns indicadores educacionais no Brasil no período compreendido entre 1986 e 2008, a saber: taxa de atendimento, taxa de escolarização bruta e líquida e taxa de distorção idade-série. A análise foi feita, em alguns momentos, comparando-se a trajetória temporal de diferentes grupos socioeconômicos da população, ou seja, reportamos os resultados desagregados por sexo, raça/cor e faixa do rendimento familiar *per capita* (terços da distribuição). Foram calculadas também medidas para avaliar a capacidade do sistema educacional de manter os indivíduos na escola, e estas estão desagregadas segundo o nível de ensino (Fundamental, Médio e Superior).

No período ao que se refere este artigo verificou-se no Brasil uma série de mudanças no sistema educacional. Nos parágrafos a seguir traçamos um breve histórico das principais alterações verificadas no sistema escolar brasileiro, de forma a subsidiar as interpretações dos indicadores nas seções subsequentes.

É sabido que a década de 80 no Brasil, também conhecida como a década perdida, se caracterizou pelo recrudescimento fiscal, em virtude de muitos e persistentes desequilíbrios macroeconômicos. Nesse contexto, emergiu uma nova percepção sobre as políticas de uma maneira geral, especialmente com o intuito de promover a modernização do Estado e a racionalização dos gastos. As políticas educacionais ao longo dos anos 80, diante desse fato, também estiveram marcadas com este viés, sendo um dos objetivos fundamentais o estabelecimento de um novo padrão de gestão educacional que fosse capaz de garantir tanto a estabilidade econômica (pela reordenação dos gastos) quanto a ordem social (Freitas, 1998).

Em 1988, com a promulgação da Constituição Federal, a educação foi pioneiramente reconhecida em bases legais como um direito de cidadania (Art. 205), conquista esta inegável para a história dos direitos sociais no Brasil. Seguindo-se as reordenações de política presentes na década de 80, na Constituição também foram introduzidos dispositivos que sinalizam a nova visão da gestão educacional: o Artigo 211, por exemplo, convoca a colaboração da União, dos Estados e dos Municípios na gestão do sistema de ensino; o Artigo 212, por sua vez, vincula uma parcela mínima das receitas da União (18%), Estados, o Distrito Federal e os Municípios (25%) ao investimento em educação. Muito importante destacar nesta constituição a obrigatoriedade do Ensino Fundamental e a sua oferta gratuita pelos estabelecimentos públicos, embora ainda houvesse a restrição da disponibilidade de vagas por parte destes estabelecimentos (BRASIL, 1988).

Em 1996, seguindo-se as novas reorientações da gestão institucional das políticas educacionais, foi fixada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB - Lei nº 9.394/96). Essa norma redefiniu as responsabilidades da União, Estados e Municípios em relação ao sistema de ensino, em especial em direção a municipalização do Ensino Fundamental e a estadualização do Ensino Médio, cabendo à União a fiscalização do sistema.

Do ponto de vista estrutural, uma das principais mudanças engendradas pelas políticas educacionais na segunda metade da década de 90 foi a criação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério (FUNDEF). O FUNDEF foi

um fundo de natureza contábil - ou seja, formado com recursos provenientes da União, Estados e Municípios - que fixou o montante para a aplicação de recursos pelas três esferas de governo no ensino fundamental e na valorização do magistério em cerca de 60% do montante especificado pela constituição (que corresponde a 25% das receitas dos Estados e Municípios). A distribuição dos recursos era realizada com base no número de alunos do ensino fundamental regular e especial, de acordo com dados do Censo Escolar do ano anterior (Brasil, 1996).

Outra inovação importante ocorrida na década de 90 foram os programas voltados para a aceleração de aprendizagem. O objetivo perspícuo do programa era efetivar a universalização do ensino fundamental, assegurando a igualdade nas condições de acesso e permanência. O público-alvo desta política foram os alunos com defasagem idade-série que se encontravam retidos nos primeiros estágios do Ensino Fundamental, bem como aqueles que evadiram antes de concluir a quarta série. O programa contava com materiais didático de subsídio ao docente, mediante a adoção de classes paralelas de aceleração, e criando, portanto, condições para a conclusão do ciclo por parte de seu público-alvo (Sousa, 1999). Este programa posteriormente foi denominado Avança Brasil - Toda Criança na Escola e aprovado em 2000 pela Lei n.º 9.989.

A partir de 2001, entrou em vigor o Plano Nacional de Educação (PNE- Lei nº 10.172/01). Este plano, baseado no Projeto de Lei nº 4.155/98, partiu de uma demanda emergente da sociedade brasileira em defesa da educação pública de qualidade mediante o aprimoramento dos mecanismos de participação da sociedade no sistema de ensino e do poder público no financiamento educacional (Valente e Romano 2002). A partir de metas e diretrizes fixadas num horizonte de 10 anos, o PNE abrangeu a chamada Educação Básica (educação infantil, ensino fundamental e médio) e o Ensino Superior. Seus objetivos compreenderam: i. a elevação global do nível de escolaridade da população; ii. a melhoria da qualidade do ensino em todos os níveis; iii. a redução das desigualdades sociais e regionais quanto ao acesso e à permanência; e iv. democratização da gestão do ensino público, obedecendo ao princípio da gestão participativa, i.e., promovendo a participação dos profissionais da educação e da comunidade na elaboração do projeto pedagógico da escola (BRASIL 2001).

Em linhas gerais, as metas do PNE compreenderam: a garantia de ensino fundamental obrigatório de oito anos a todas as crianças de 7 a 14 anos e a todos os que a ele não tiveram acesso na idade própria ou que não o concluíram; a ampliação do atendimento nos demais níveis de ensino, quais sejam: educação infantil, o ensino médio e superior; a valorização dos profissionais da educação; e o desenvolvimento de sistemas de informação e de avaliação em todos os níveis e modalidades de ensino. Em relação à primeira meta do PNE, pode-se dizer que a mesma está em vias de se concretizar no Brasil, pois, de acordo com os dados do IBGE, cerca de 97,3 % das crianças entre 7 e 14 anos frequentavam a escola em 2008. Na linha das ações previstas no PNE, foi criado em 2003 o Programa Brasil Alfabetizado, voltado para a inclusão cidadã pela alfabetização de jovens e adultos.

Em 2006, foi criado e aprovado pela Emenda Constitucional nº 56 o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB). Este fundo ampliou o campo de atuação do programa anterior (FUNDEF), estendendo-se para a educação infantil e o ensino médio. Houve uma diversificação nos recursos e nas fontes de financiamento. A participação dos estados e municípios na composição do fundo foi elevada de 15 para 20%, do montante de 25% da arrecadação de impostos obrigatoriamente destinados, por

determinação constitucional, para a manutenção e desenvolvimento do ensino básico. Entretanto, estudos argumentam que o FUNDEB não propiciou um aumento nos recursos disponíveis para o investimento em educação, na medida em que, em 2007, o número de alunos aumentou em 56,6%, contra um aumento nos recursos da ordem de 36,3% (SAVIANI, 2007).

A busca pela melhoria da qualidade do ensino foi sistematizada em 2007 com a implementação do Compromisso Todos pela Educação (Brasil 2007). Este plano de metas prevê: i. todas as crianças e jovens de 4 a 17 anos deverão estar na escola; ii. toda criança de 8 anos deverá saber ler e escrever; iii. todo aluno deverá aprender o que é apropriado para sua série; iv. todos os alunos deverão concluir o ensino fundamental e o médio; v. o investimento necessário na educação básica deverá estar garantido e bem gerido. A adesão ao plano é voluntária e, em 2008, oito estados brasileiros aderiram ao plano, quais sejam: Alagoas, Distrito Federal, Maranhão, Minas Gerais, Piauí, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e São Paulo. A medida para a aferição da qualidade do ensino adotada foi o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB).

Concomitantemente à promulgação do Decreto 6.094 que dispôs sobre o Compromisso Todos pela Educação, foi lançado o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE). Além das diretrizes do Todos pela Educação, o Plano inclui outras 29 ações. Pode-se dizer que o PDE se constitui como um plano de ação das metas fixadas pelo PNE. Do ponto de vista filosófico, o PDE propõe uma visão global da educação, sobretudo mediante a articulação e integração entre as políticas em todos os níveis de ensino. Em linhas gerais, o PDE se constitui por quatro eixos: educação básica, educação superior, educação profissional e alfabetização. No eixo da educação básica, podem ser destacadas as políticas para a valorização dos professores, o FUNDEB, a avaliação do ensino e responsabilização por meio do IDEB e mudanças na gestão educacional. No eixo do ensino superior, destacam-se a política de reestruturação e expansão das universidades federais (REUNI), a democratização do acesso via crédito educativo (FIES) (Haddad, 2008).

Em linhas gerais, foi visto que foram adotadas no Brasil a partir da década de 80 muitas ações em direção à equalização no acesso aos primeiros estágios da carreira escolar, em especial o Ensino Fundamental. Todavia, nas décadas recentes, verifica-se um esforço no sentido de ampliar o acesso e a permanência dos estudantes nos Ensinos Médio e Superior. Contudo, por se tratarem de medidas adotadas num período bastante recente, acredita-se que tais políticas poderão apenas demonstrar sua efetividade quando novas coortes atingirem estes níveis de ensino.

FORMALIZAÇÃO DOS INDICADORES

Nesta seção descrevemos as fórmulas para a construção dos indicadores educacionais investigados neste trabalho. Esta formalização se baseou no estudo de Riani e Golgher (2004).

O primeiro indicador analisado neste artigo foi a taxa de atendimento. Este indicador pode também ser dito como a taxa de frequência escolar a cada faixa etária. Este indicador é calculado para as faixas etárias correspondentes ao Ensino Fundamental (7 a 14 anos), Médio (15 a 17 anos) e Superior (18 a 22 anos), o que nos dá uma medida da capacidade de cada nível de ensino manter os

indivíduos na escola. A memória do cálculo da taxa de atendimento em uma determinada faixa etária, denotada por TA_x , é a seguinte:

$$TEB_k = \frac{TotMat_k}{PopIdadeAdequada_k} \quad (1)$$

Onde $TotMat_x$ é o total de matrículas dos indivíduos na faixa etária x e Pop_x é a população no grupo etário x . Segundo Riani e Golgher (2004), uma das limitações deste indicador é que ele é sensível às taxas de defasagem escolar, ou seja, quando comparamos duas populações distintas, a que apresentar uma maior taxa de atendimento pode não necessariamente possuir um sistema educacional eficiente, uma vez que pode haver um grande número de indivíduos defasados considerando-se um determinado grupo de idade.

O segundo indicador averiguado neste estudo é a Taxa de Escolarização Bruta. Este indicador é um refinamento da Taxa de Atendimento, pois considera no numerador matrículas efetuadas em um determinado nível de ensino e , no denominador, a população em idade adequada para cursar determinado nível. Portanto, este indicador nos dá uma medida do volume de matrículas em relação aos demandantes potenciais (RIANI E GOLGHER, 2004, p. 117). A Taxa de Escolarização Bruta num determinado nível de ensino k , denotada por TEB_k , pode ser obtida pela seguinte expressão:

$$TEB_k = \frac{TotMat_k}{PopIdadeAdequada_k} \quad (2)$$

Onde $TotMat_k$ é o total de matrículas no nível k de ensino e $PopIdadeAdequada_k$ é o número de pessoas com idade adequada para cursar o nível de ensino k . Tal como na taxa de atendimento, considera-se de forma usual que a idade adequada para cursar o Ensino Fundamental seja dos 7 aos 14 anos, o Ensino Médio dos 15 aos 17 anos e o Ensino Superior dos 18 aos 22 anos. Ademais, tal taxa ainda apresenta limitação semelhante à taxa de atendimento, na medida em que é sensível ao volume dos alunos que se encontram defasados, afetando o numerador da taxa.

Com o intuito de suprimir as limitações dos indicadores assinalados anteriormente, pode-se proceder com o cálculo da chamada Taxa de Escolarização Líquida. Este indicador é um refinamento da Taxa de Escolarização Bruta, uma vez que considera no numerador da taxa apenas as matrículas efetuadas por indivíduos em idade adequada para cursar determinado nível de ensino, Ou seja, a Taxa de escolarização Líquida num determinado nível de ensino k , denotada por TEL_k , é dada por:

$$TEL_k = \frac{TotMatIdadeAdequada_k}{PopIdadeAdequada_k} \quad (3)$$

Onde $TotMatIdadeAdequada_k$ é o total de matrículas no nível de ensino k de pessoas com a idade adequada para cursar tal nível e $PopIdadeAdequada_k$ é o número de pessoas com idade adequada para cursar o nível de ensino k . Riani e Golgher (2004) chamam a atenção para o fato de que a taxa de escolarização líquida é o indicador mais apropriado para avaliar a eficiência de um dado nível de ensino, uma vez que valores altos da taxa refletem, necessariamente, um maior nível de acesso e permanência, e seu resultado é livre do patamar de defasagem vigente.

Contudo, torna-se indispensável em Demografia da Educação a utilização de um indicador que possa ser comparado entre subpopulações e que expresse o nível da defasagem em uma dada série. Este indicador é denominado de Taxa de Distorção Idade Série e, usualmente, é calculado para a 1ª Série do Ensino Fundamental de 8 anos (2º Ano do Ensino Fundamental de 9 anos) ou a 5ª Série do Ensino Fundamental (6º Ano do Ensino Fundamental de 9 anos). Isto porque tais séries, em especial antes da obrigatoriedade na entrada no sistema de ensino aos 6 anos em alguns estados brasileiros, tais séries se constituíam em barreiras à escolarização: a primeira série na medida em que é uma transição do analfabetismo para a escolarização; e a quinta série porque é a mesma se caracteriza, de acordo com a literatura, por profundas mudanças metodológicas em relação à quarta série - ex. mudança da unidocência para a pluridocência - e subjetivas por parte do aluno, as quais tendem a ser refletir numa barreira à progressão (PRATI E EIZIRIK 2006, ROSA E PROENÇA 2003).

Assim, as taxas de distorção idade-série na 1ª e 5ª séries do Ensino Fundamental são calculadas, respectivamente, pela seguinte expressão:

$$TDIS_i = \frac{TotMatIdadeMaiorAdequada_i}{TotMat_i} \quad (4)$$

Onde $TotMatIdadeMaiorAdequada_i$ é o total de matrículas na série i de pessoas com idade superior à idade adequada cursar esta série e $TotMat_i$ é o total de matrículas na série i . A idade considerada adequada para cursar a 1ª série é os 7 anos de idade, e a 5ª série os 11 anos.

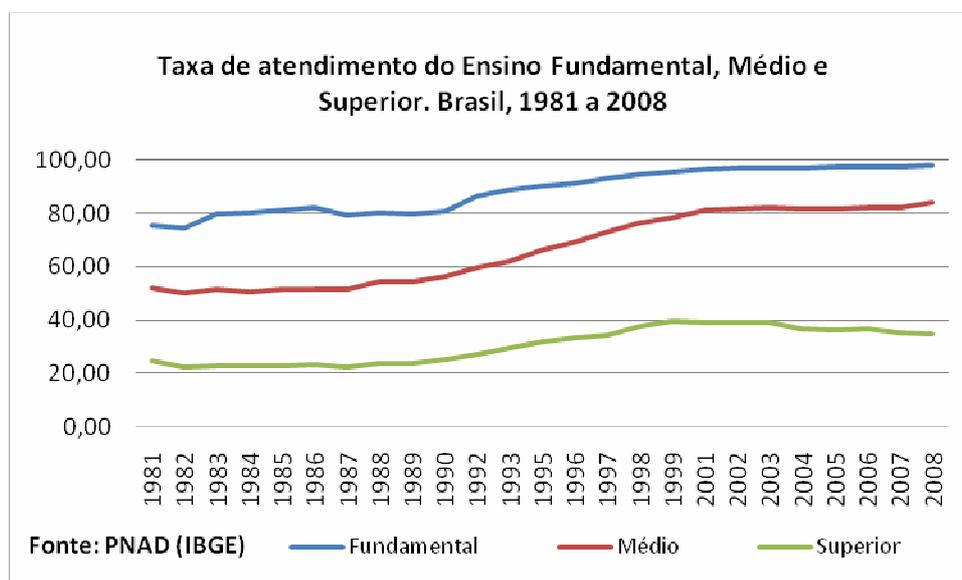
DADOS E RESULTADOS

A fonte de dados utilizada neste estudo para o cálculo dos indicadores educacionais foi a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD/IBGE), nos anos compreendidos entre 1986 e 2008. Nesta seção reportamos cada conjunto de resultados, a saber: indicadores globais, indicadores para o Ensino Fundamental, Médio e Superior. Em cada uma das subseções referentes aos níveis de Ensino, os indicadores são reportados segundo subgrupos da população (sexo, raça/cor, faixa do rendimento familiar *per capita*) com o intuito de promover uma discussão sobre diferenciais no acesso e na permanência de diferentes grupos sociais no Brasil.

Indicadores Globais

O Gráfico 1 demonstra como evoluiu a taxa de atendimento escolar entre os anos de 1981 e 2008 nos seguintes grupos etários: de 7 a 14 anos; entre 15 e 17 anos e de 18 a 22 anos, todos correspondentes a idade adequada para cursar, respectivamente, o ensino fundamental, médio e superior. Nota-se que na década de 90, a taxa de atendimento tem o seu aumento mais expressivo em todos os grupos etários, o que indica resultados positivos das políticas implementadas no final da década de 80, como, por exemplo, a obrigatoriedade de se frequentar a escola para primeiro grupo e a oferta gratuita para quem se encontrava em defasagem escolar, atributos presente no Art. 208 da Constituição Federal de 1988. Analisando apenas o primeiro grupo etário, vê-se o atendimento aproximar-se da universalização, o que poderia ser traduzido em “praticamente todas as crianças entre 7 e 14 anos na escola”, além de ser possível admitir que o governo consegue absorver toda a demanda educacional nessa faixa etária. Para o segundo grupo etário a evolução também é positiva. Jovens entre 15 e 17 anos são cada vez mais atendidos, o que vai de encontro com a “progressiva universalização do ensino médio gratuito”, escrito no segundo parágrafo do Artigo 208 da Constituição Brasileira. Já para o público que estaria na idade de frequentar o ensino superior, 18 a 22 anos, a realidade mudou no início desse século. Parece que essa etapa de aprendizagem tornou-se um gargalo no sistema de ensino brasileiro. Portanto, essa faixa etária requer maior atenção, principalmente em termos de oferta.

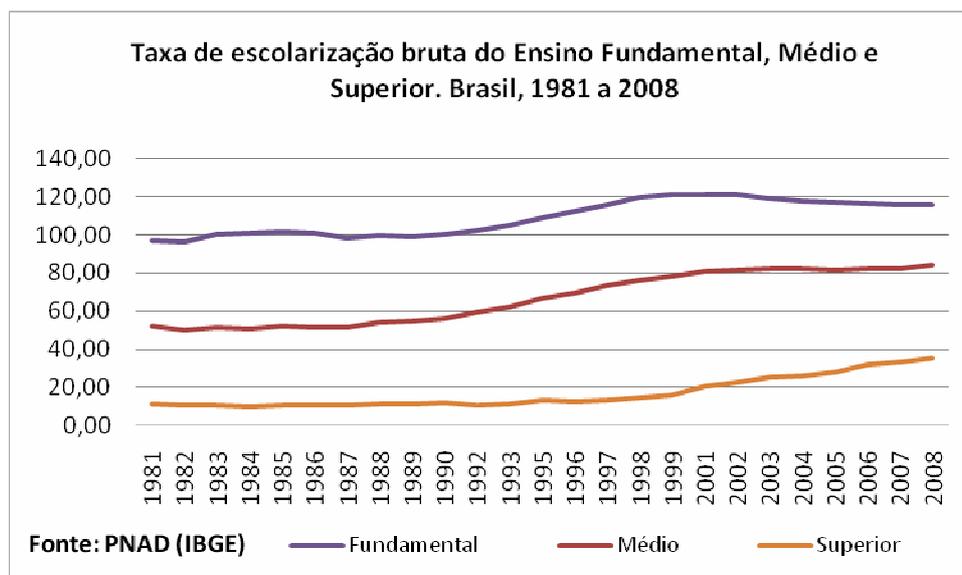
GRÁFICO 1



Conforme foi visto na seção anterior, a Taxa de Escolarização Bruta tem por competência demonstrar o número de matrículas em determinado nível de ensino em relação a demanda potencial adequada para aquele nível. O Gráfico 2 mostra a crescente demanda por todas as faixas de ensino. Para o ensino fundamental há um volume de matrículas. Passou de 100% no início da década de 80 para quase 120% no ano de 2008. Conforme salientamos na seção anterior, uma taxa maior que 100% indica uma defasagem em relação a idade e conclusão do nível de ensino, seja pela repetência ou pelo

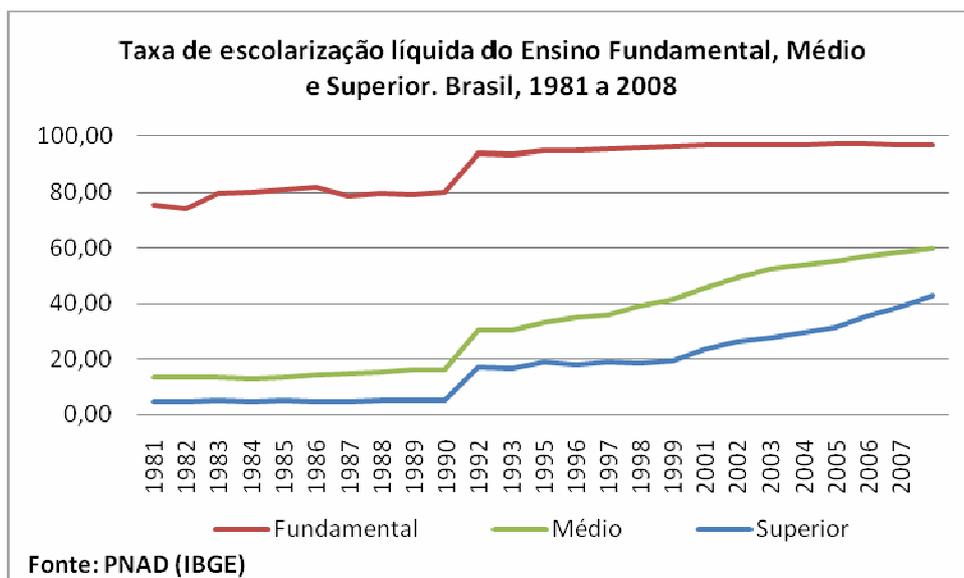
retorno de pessoas que não concluíram essa etapa e, por outro lado, evidencia que a oferta supriu a demanda. A taxa correspondente ao nível médio acompanhou a taxa de atendimento correspondente a faixa etária em idade correta de frequentar esse ensino, o que indica que a pressão por vagas está acontecendo, principalmente, pelos alunos que concluem o ensino fundamental e procuram esta próxima etapa. O ensino superior, ao também apresentou um crescimento no período analisado, porém não tão vertiginoso como nos outros níveis de ensino.

GRÁFICO 2



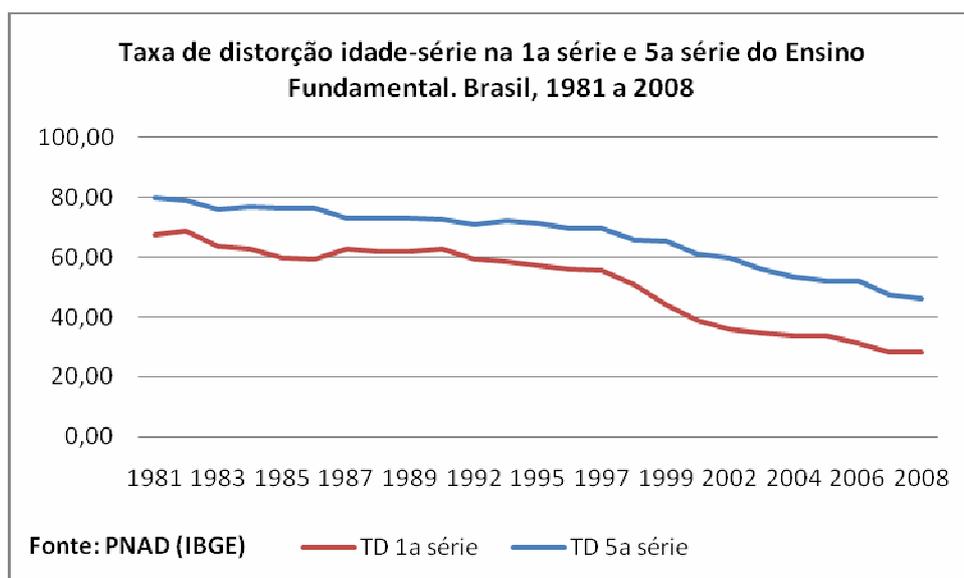
O Gráfico 3 procura demonstrar a eficiência dos níveis de ensino, já que o indicador considera a etapa com a faixa etária ideal para cursá-la. No Brasil, depois dos anos 80, tem se visto resultados positivos para todos os níveis de ensino, destacando-se a forte inclinação positiva para os níveis médio e superior a partir de 92. O primeiro nível saiu do patamar de aproximadamente 30%, em 92, para 60% em 2008. O segundo saltou de menos de 20%, em 92, para mais de 40% em 2008. Destaca-se então, a menor quantidade de repetências e evasão, com os jovens procurando cada vez mais dar continuidade aos estudos. O ensino fundamental, a cada ano, amplia a perspectiva de universalização acompanhada da idade adequada. Em 2008 esta taxa está próxima dos 100%.

GRÁFICO 3



Por fim, o Gráfico 4 mostra a evolução do padrão de distorção etário das séries que são consideradas como maiores gargalos no sistema de ensino brasileiro, 1ª e 5ª série do ensino fundamental. Ambas as taxas demonstraram declinantes ao longo dos anos, com destaque para as quedas mais acentuadas a partir de 97. A distorção idade-série para a 1ª série do ensino fundamental caiu de aproximadamente 70%, em 81, para menos de 30% em 2008. Já a taxa da 5ª série era de 80% em 81 e em 2008 está próxima dos 50%. Apesar da melhora, as taxas ainda são preocupantes partindo do pressuposto que o ideal seria não haver interrupção do fluxo, meta que a 5ª série ainda está longe de alcançar, já que apresenta metade de seus alunos atrasados em seus estudos.

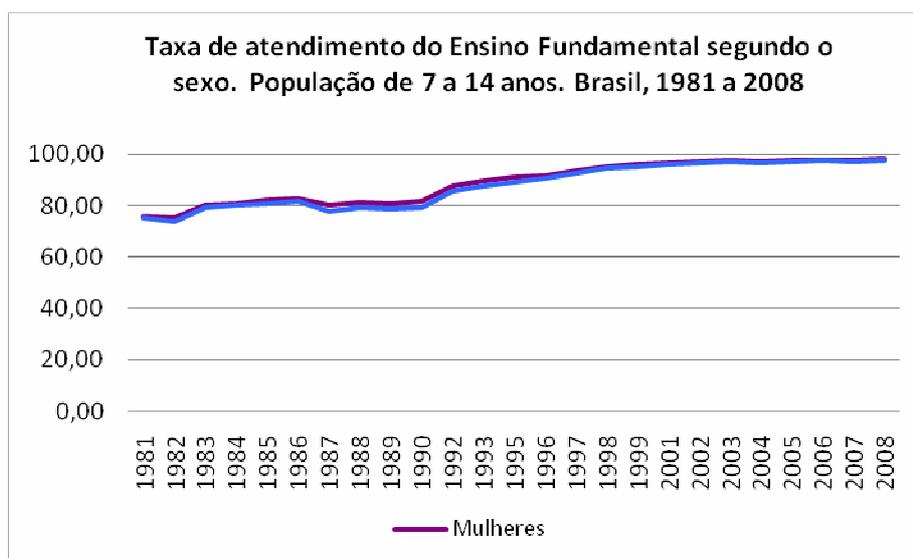
GRÁFICO 4



Indicadores para o Ensino Fundamental

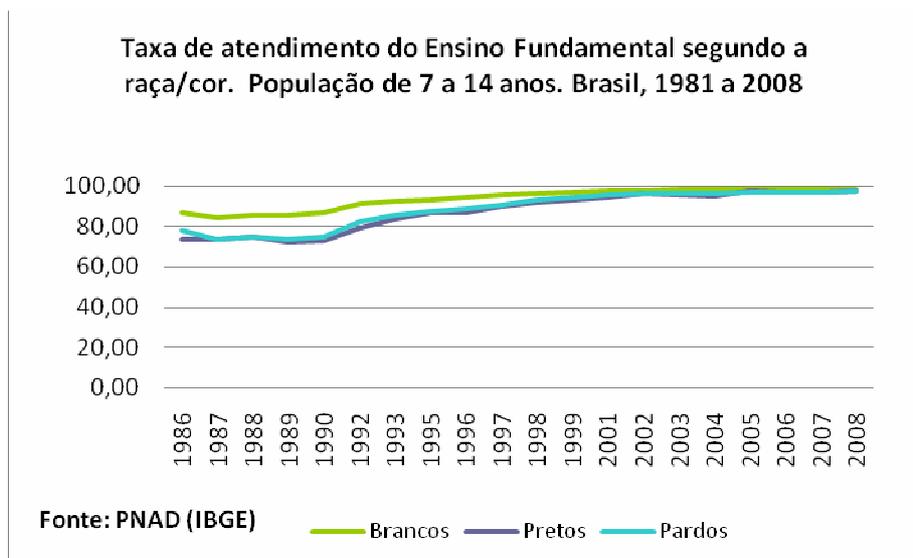
Nesta subseção avaliaremos os indicadores para o ensino fundamental, segregando-se pelos diferentes atributos. De acordo com o Gráfico 5 podemos verificar que não há diferença entre a taxa de atendimento para homens e mulheres cursando o ensino fundamental. Verificamos também que por volta dos anos 80 a taxa de atendimento nessa faixa etária variava em torno de 80%, já no final da década de 90 e a partir de então notamos elevação dessa taxa para aproximadamente 100%.

GRÁFICO 5



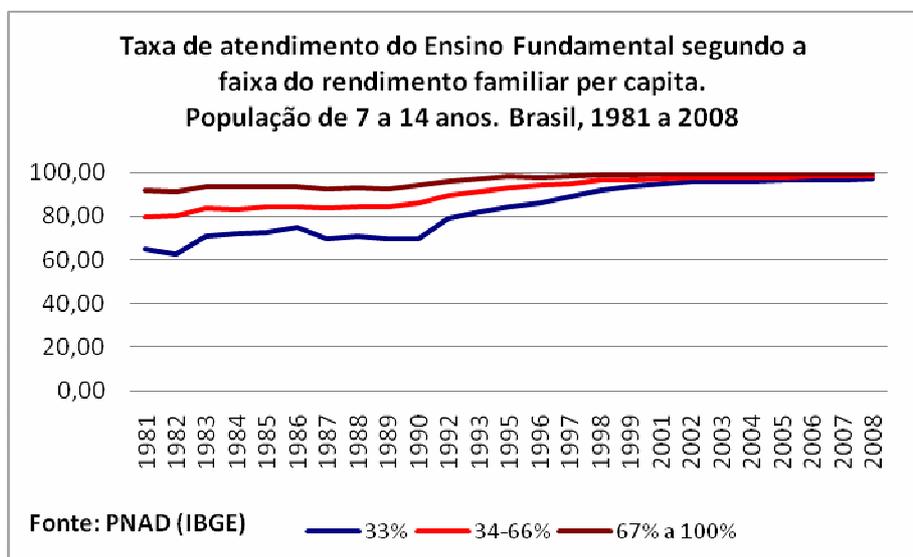
No Gráfico 6 verificamos que até final dos anos 90 a taxa de atendimento para a população branca no ensino fundamental era mais elevada em relação aos pretos e pardos, quando a partir de então se verifica uma convergência entre as diferentes raças, implicando em melhora na eficiência escolar, chegando a taxa de atendimento a um patamar de aproximadamente 100%.

GRÁFICO 6



O Gráfico 7 evidencia que a taxa de atendimento para os alunos do ensino fundamental, difere de acordo com o rendimento familiar até final dos anos 90. Contudo, a disparidade entre as classes sociais tendeu a se reduzir a partir da década de 2000, atingindo nesse um patamar de aproximadamente 100% independente da classe social.

GRÁFICO 7



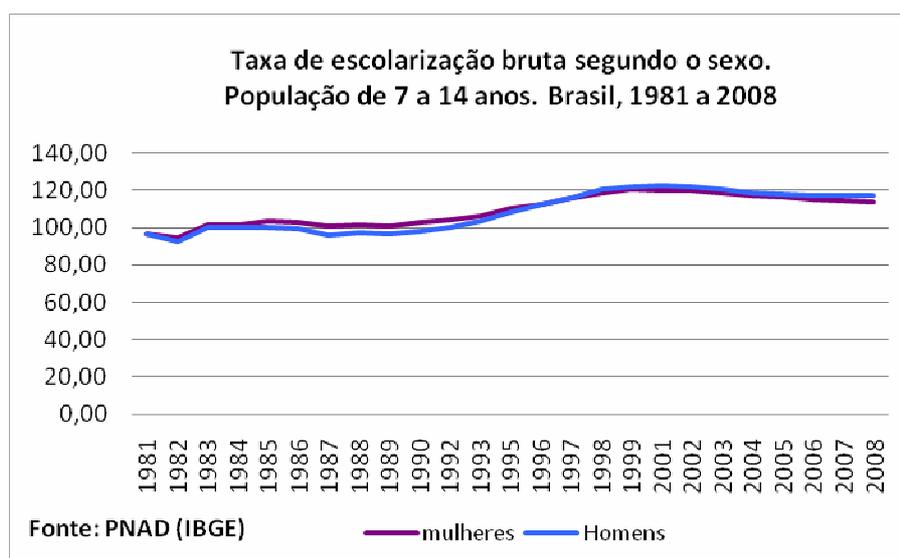
Por fim, em uma análise global podemos afirmar que as políticas governamentais de universalização do ensino fundamental mostraram-se de certa forma eficientes. Entretanto é preciso lembrar que a taxa de atendimento é um indicador limitado, que não leva em consideração a questão da repetência uma vez que analisa o número de matrículas sobre a população na mesma faixa etária,

dessa forma não podemos analisar a proporção de pessoas que estão cursando um nível inadequado para sua idade.

Relembramos que, como uma forma de filtrar a taxa de atendimento, utiliza-se a taxa de escolarização bruta que considera em seu denominador a população em idade adequada de cursar tal nível de ensino. Quando esse indicador alcança níveis superiores a 100% interpreta-se que o sistema de ensino esta sendo capaz de absorver toda a demanda para o determinado nível de ensino, porém sinaliza também que os indivíduos não estão cursando a série na idade correta.

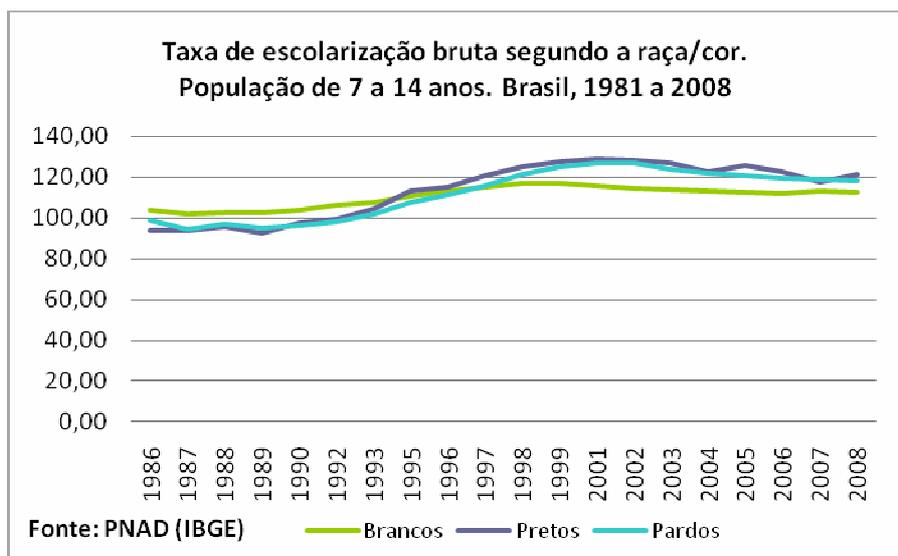
Nas figuras seguintes verificamos que novamente há uma tendência de convergência entre os atributos, o que indica mais uma vez uma eficácia na universalização do ensino fundamental. O Gráfico 8 mostra a inexistência da diferenciação entre o indicador para os homens e mulheres. Ainda verificamos um aumento da capacidade de absorção a partir do final dos anos 90.

GRÁFICO 8



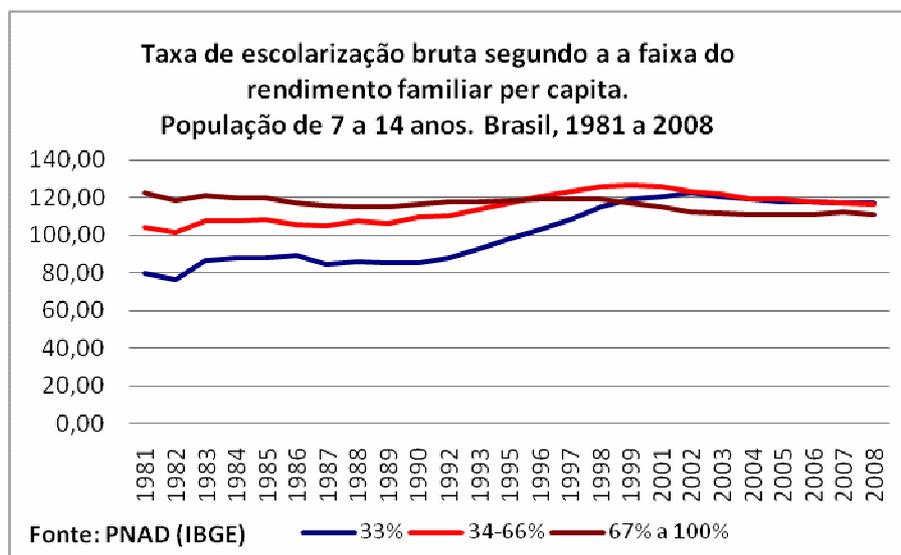
No Gráfico 9 percebemos que este indicador já era alto desde os anos 80, e aumentou ainda mais a partir dos anos 90, passando de 100% para 120%. Isso identifica em termos gerais o resultado do grande investimento público ao acesso nos primeiros anos escolares, entretanto também mostra que há grande distorção em relação a idade-série cursada.

GRÁFICO 9



Através da análise do Gráfico 10 podemos inferir que apesar de apresentar níveis elevados desde a década de 80, podemos verificar grande disparidades entre 1981 a 1999 entre as diferentes classes de renda, chegando a alcançar uma diferença de 40%. Contudo essa diferença foi diluída apresentando convergência a partir dos anos 2000.

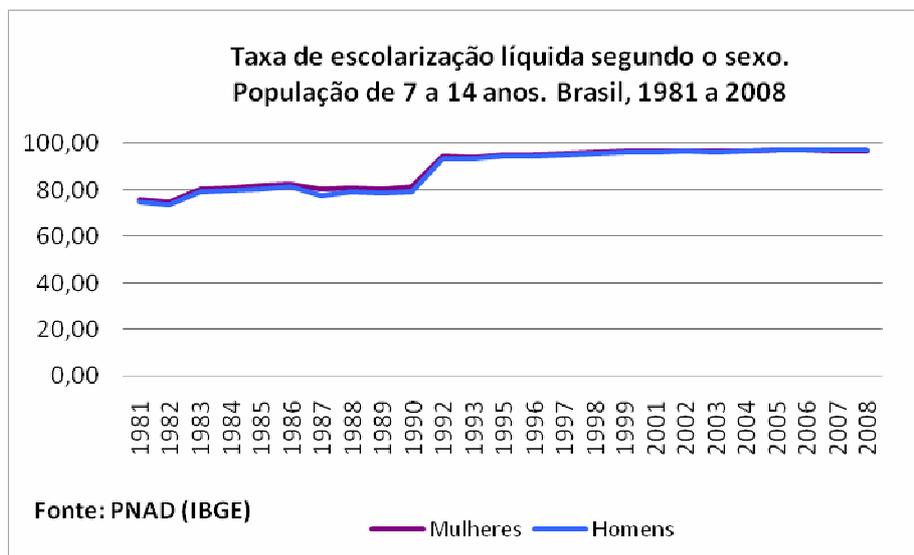
GRÁFICO 10



Abaixo estimaremos a taxa de escolarização líquida que é um refinamento da taxa de escolarização bruta, e capta a porcentagem da população que está matriculada no nível de ensino adequado à sua faixa etária. No Gráfico 11 evidencia-se que apesar de já elevada a porcentagem dos alunos que estavam matriculados no nível de ensino adequado, essa porcentagem aumentou ainda mais

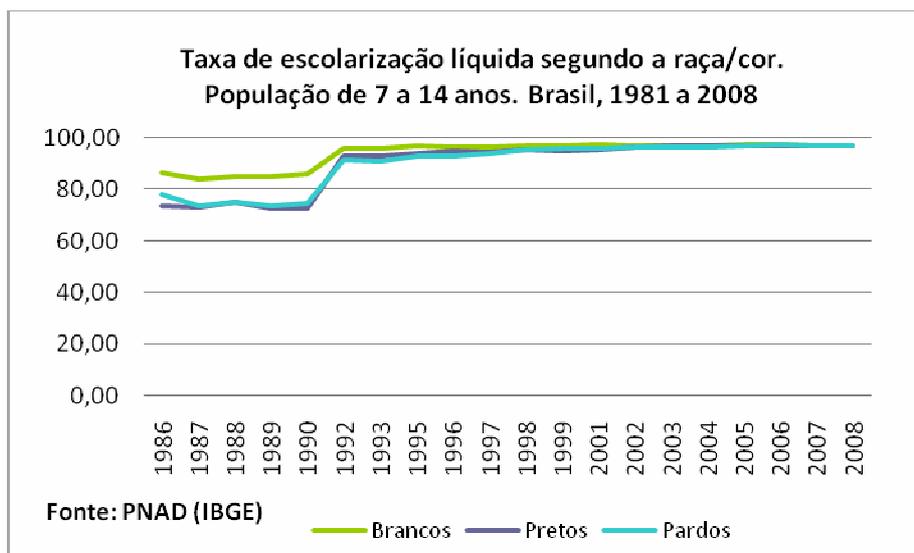
a partir dos anos 90 alcançando nível próximo a 100% nos anos 2000. Mais uma vez é o resultado de políticas públicas de investimento para melhoria do acesso à educação básica. Temos novamente que não verifica-se diferença entre os sexos.

GRÁFICO 11



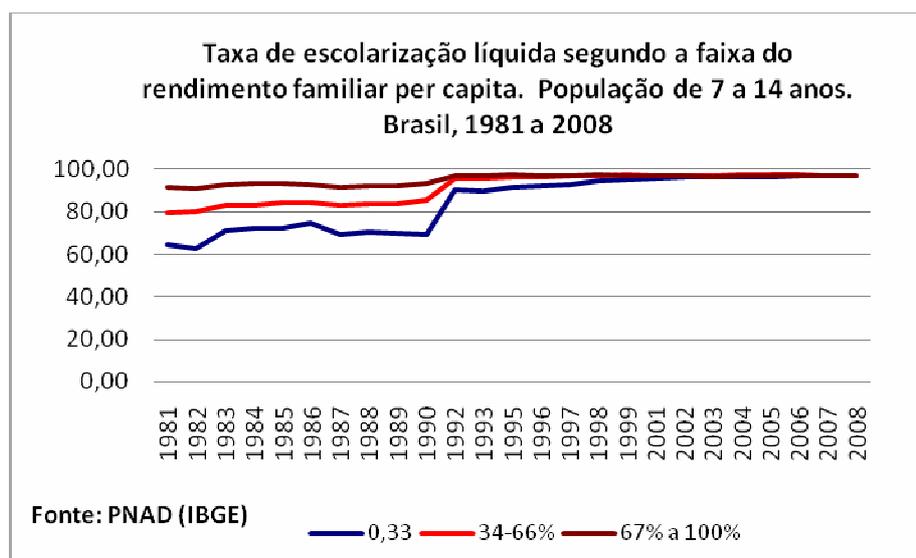
De acordo com a o Gráfico 12 verificamos que a taxa de escolarização era maior entre os brancos do que entre os pretos na década de 80, diferença essa que deixou de existir a partir dos anos 90, novamente tendo um grande aumento.

GRÁFICO 12



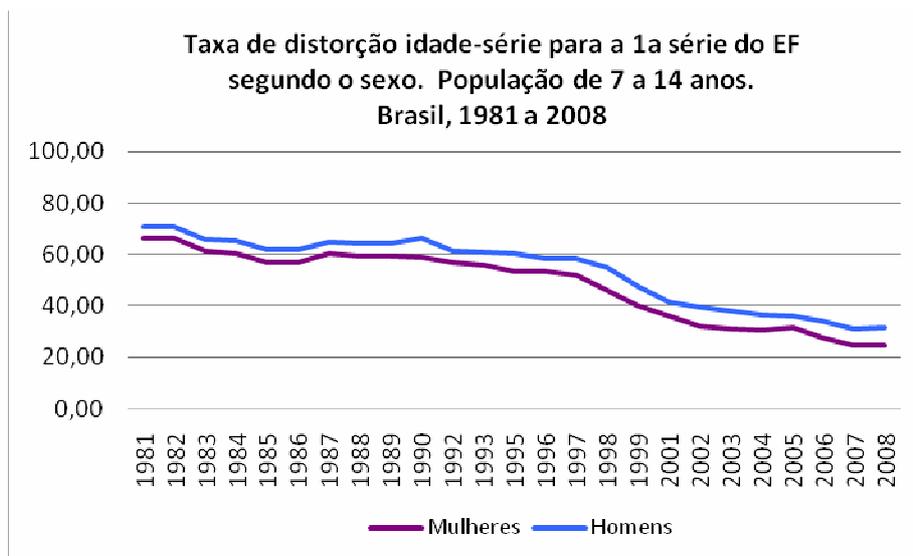
Podemos inferir que de acordo com o Gráfico 13, na década de 80 verifica-se grandes disparidades sendo que para as classes sociais mais baixas, o índice de alunos que estavam matriculados no nível correspondente à sua faixa etária, variava em torno de 70%, nessa mesma época, enquanto a classe alta variava em torno de 90%. Contudo a partir dos anos 90 foi obtida uma convergência, alcançando nos anos 2000 uma taxa de 100%.

GRÁFICO 13



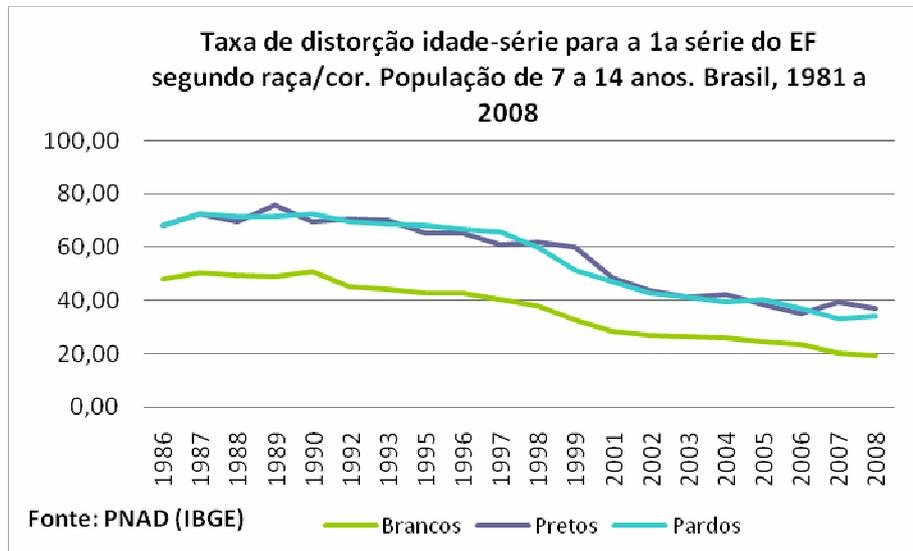
Estudaremos agora o último indicador que é a taxa de distorção idade-série, que indica o número de pessoas que estão cursando em determinada série em idade superior à considerada ideal, sobre o total de matrículas na série em questão. Como foi visto, esse indicador é importante para identificar problemas relacionados com uma alta repetência em determinada série, que é um dos principais problemas do sistema de ensino brasileiro. Logo abaixo teremos gráficos que identificam as diferenças entre os atributos. No Gráfico 14 podemos inferir que houve uma grande queda da taxa de distorção a partir dos anos 90, alcançando nível ainda menor a partir do século XXI, entretanto a taxa de distorção ainda é superior a 20%, o que é um índice ainda alto. Nesse gráfico verificamos, também, que temos um paralelismo entre os sexos, isto é, temos uma maior distorção idade-série entre os homens do que entre as mulheres.

GRÁFICO 14



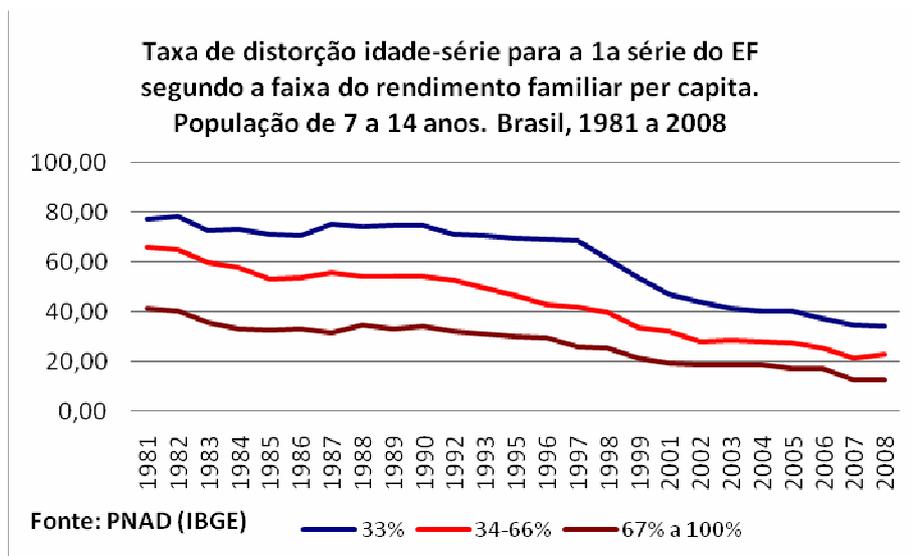
O Gráfico 15 mostra claramente o paralelismo das distorções entre as raças, isto é, os brancos apresentam taxas de distorção idade-série muito mais baixas do que os pardos e pretos, mesmo com o declínio observado a partir do séc. XXI.

GRÁFICO 15



Para as diferentes classes sociais verificamos elevada distorção para as classes de renda mais baixa (Gráfico 16), e o contrário para as de renda mais alta. Esse resultado já é esperado devido a fatores exógenos e endógenos que afetam o ensino, nota-se ainda o paralelismo contínuo entre as diferentes classes sociais.

GRÁFICO 16

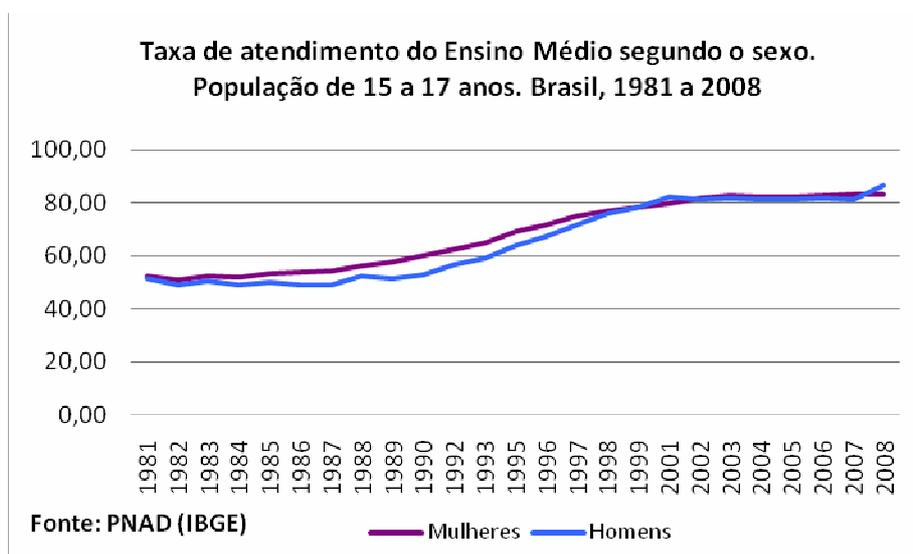


Indicadores para o Ensino Médio

Nessa parte faremos a análise dos indicadores para a população do nível médio. Iremos nos deparar com resultados muito distintos dos encontrados para o ensino fundamental, isso porque as políticas educacionais ainda não tiveram forte abrangência ao ensino médio como ocorreu com o ensino fundamental.

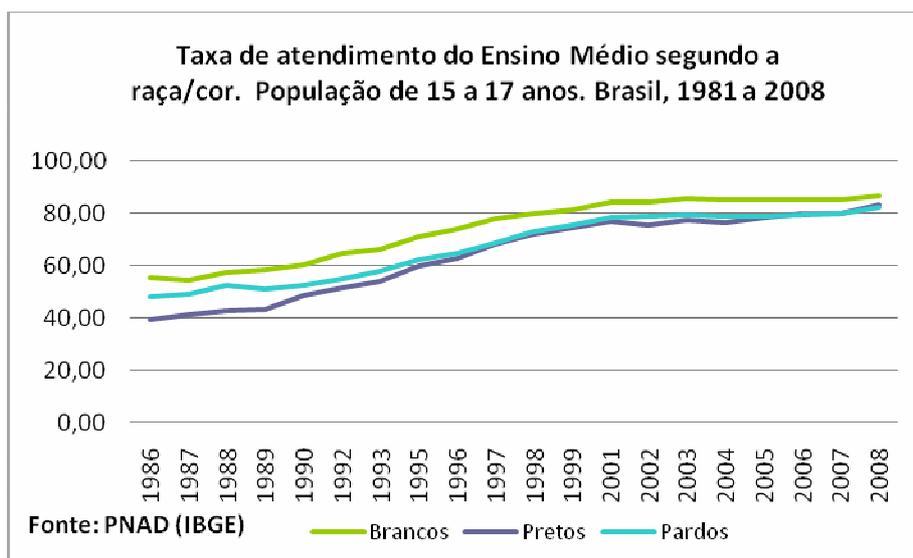
No gráfico 17 se verifica que a taxa de atendimento segundo o sexo teve variações significativas no período, isto é, ela passou de aproximadamente 50% em 1981 atingindo 80% em 2008, entretanto precisa de melhorias para alcançar uma totalidade de 100%. Mais uma vez não notamos diferenças significativas entre o indicador para homens e mulheres.

GRÁFICO 17



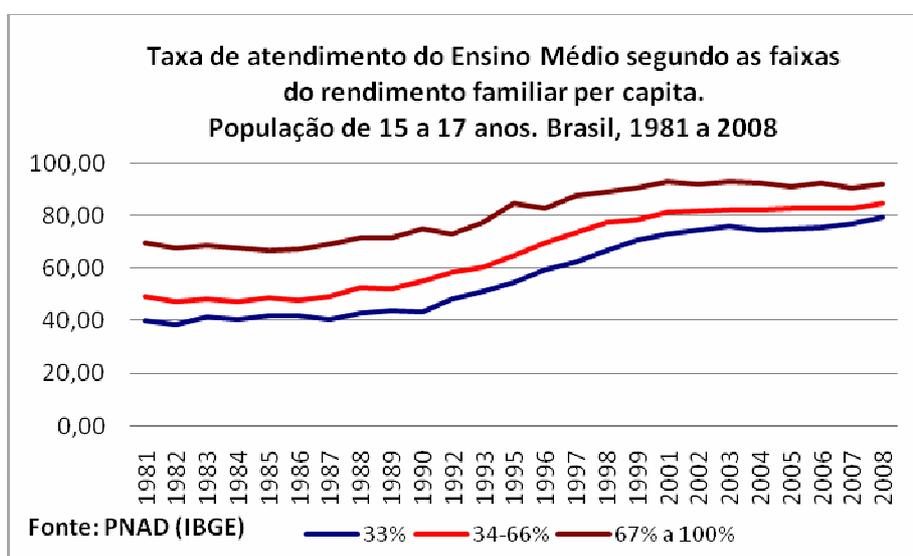
O Gráfico 18 apresenta a taxa de atendimento diferenciando entre as raças, dessa forma podemos inferir de acordo com o mesmo que existe um gap entre os brancos e os pretos e pardos, isto é, a taxa de atendimento no ensino médio é maior para os brancos do que para os pardos e pretos, mesmo tendo uma melhoria percentual nesse período.

GRÁFICO 18



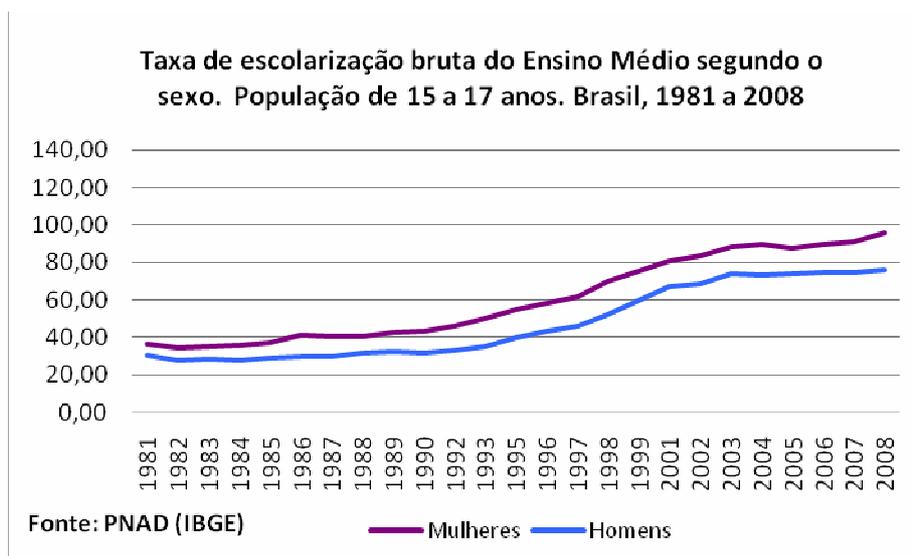
Já na taxa de atendimento segundo classes sociais, verificamos um gap ainda maior, isto é, a classe alta tem maior índice de atendimento que as mais baixas, entretanto verifica-se uma convergência a partir do séc. XXI. Por fim, podemos dizer que a taxa de atendimento para o ensino médio tem aumentado, entretanto é necessário mais investimento para que esta alcance um nível de 100% sem diferenciação quanto aos atributos (Gráfico 19).

GRÁFICO 19



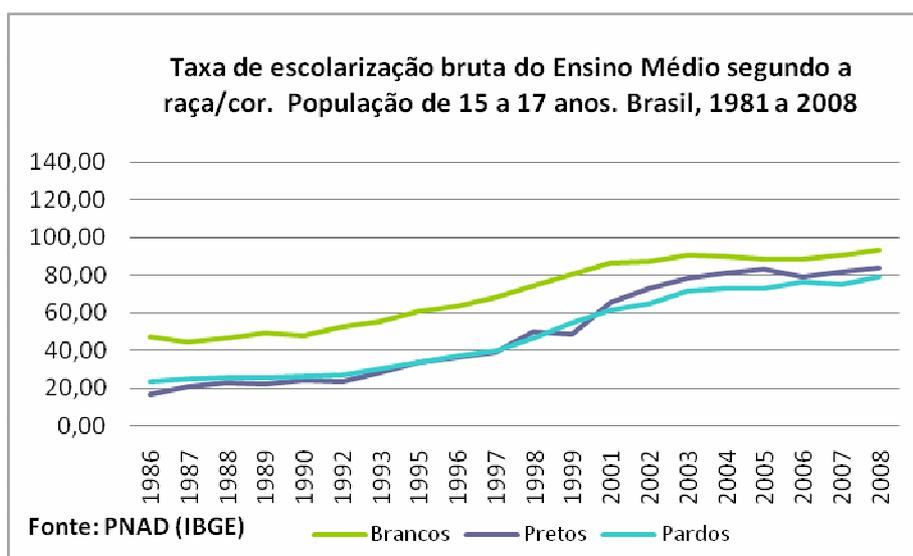
Na sequência analisaremos a taxa de escolarização bruta. O Gráfico 20 analisa o indicador para o atributo sexo, dessa forma temos um aumento da taxa para o nível médio. Entretanto nota-se que as mulheres têm índices mais altos de permanência nas escolas do que os homens em todo período analisado, chegando um gap de 20%.

GRÁFICO 20



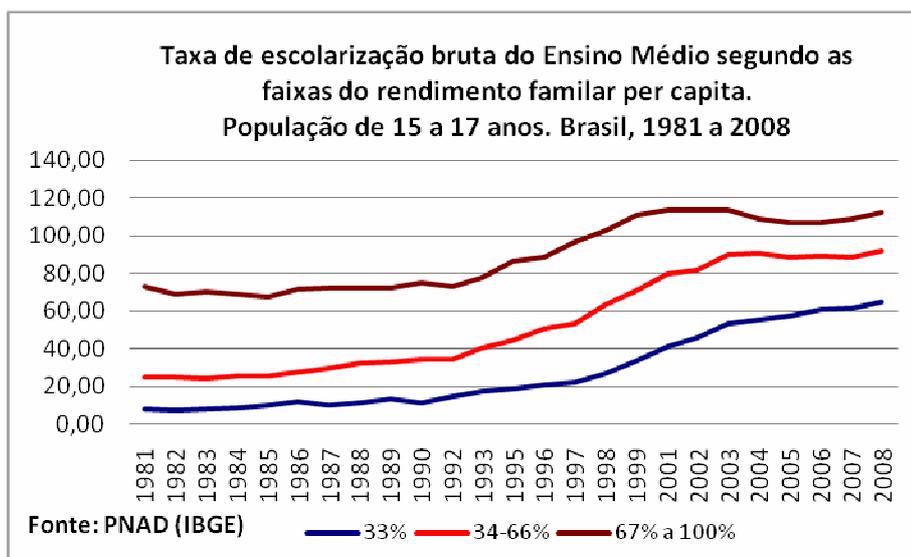
Para o atributo raça (Gráfico 21), podemos inferir que a partir do século XXI nota-se uma convergência, porém os brancos ainda apresentam uma maior taxa de escolarização que os demais.

GRÁFICO 21



Para os alunos do ensino médio que angaria renda mais alta, temos um nível de escolarização bruta maior do que as demais classes. Isso representa reflexo de acessibilidade e manutenção das classes mais pobres no sistema de ensino, o que indica a necessidade da melhoria dos programas de transferência de renda com intuito de diminuir essa diferença. Os resultados nesse período tiveram um aumento significativo do índice para todas as classes, entretanto para a classe baixa ainda é necessário que se realize muitas melhorias (Gráfico 22).

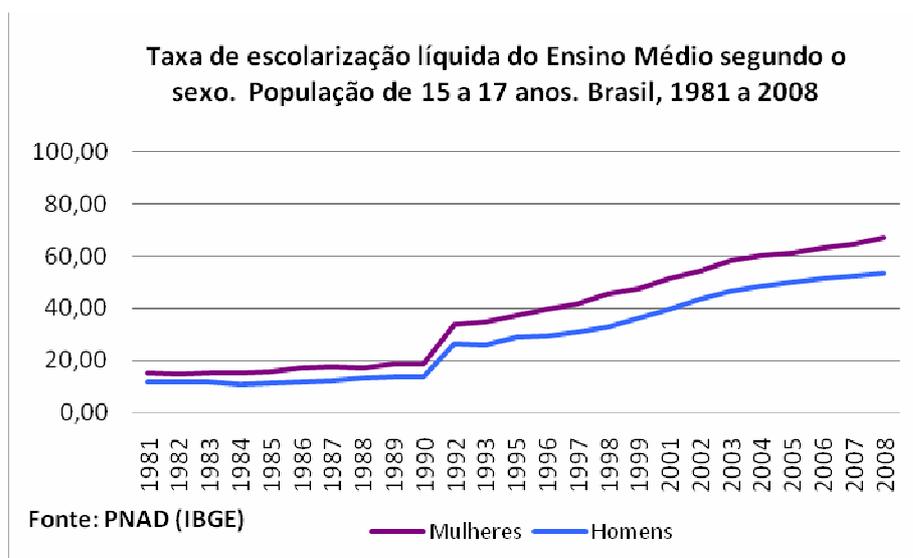
GRÁFICO 22



Agora veremos o indicador de escolarização líquida do ensino médio, novamente segundo os atributos sexo, raça e renda.

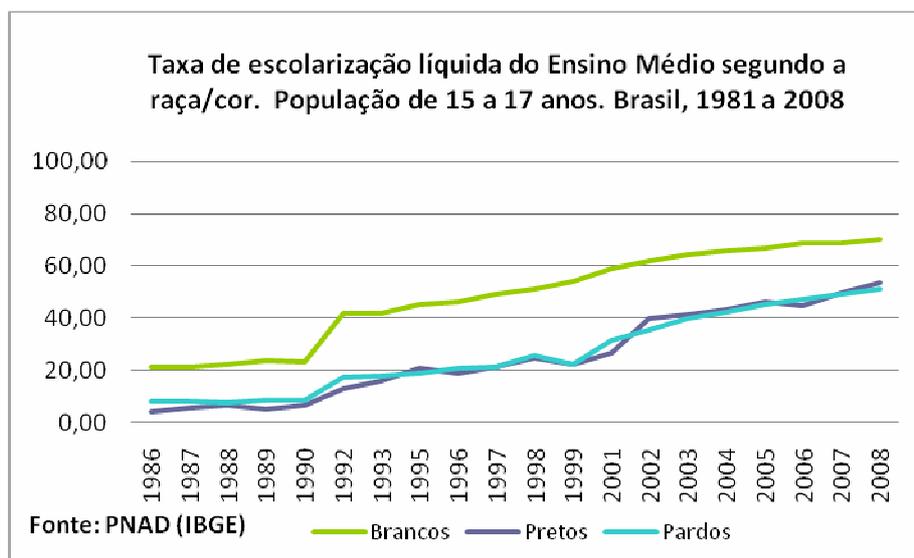
No Gráfico 23 verificamos que as mulheres apresentam esse índice mais elevado, o que significa que a porcentagem de mulheres que estão matriculadas corretamente na série adequada à sua idade é maior do que se comparada aos homens. Isso ocorre devido a fatores externos que afetam os homens, tais como a busca por emprego. Podemos inferir também que durante os anos 80 esse índice era extremamente baixos, elevando-se a partir dos anos 90, alcançando níveis mais satisfatórios no séc. XXI.

GRÁFICO 23



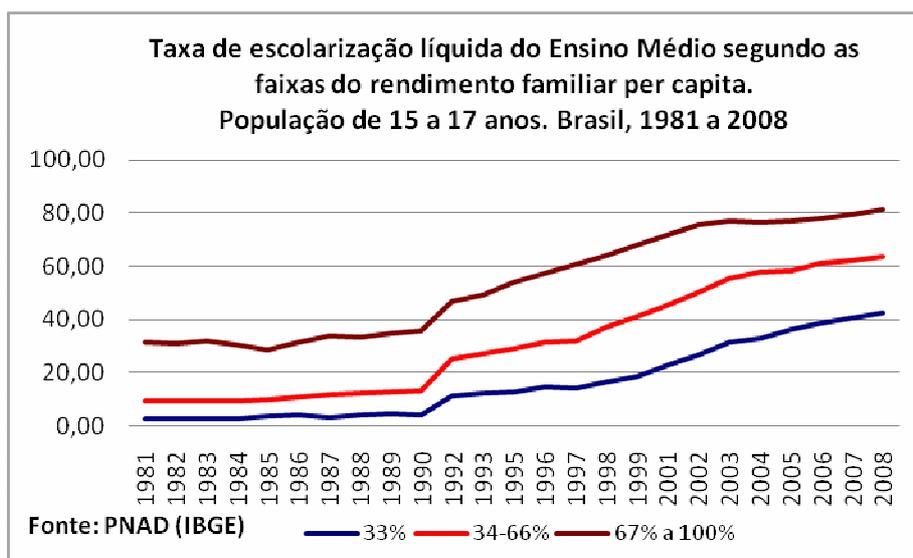
Através do Gráfico 24 podemos dizer que a população branca é a que tem menor distorção de nível de série em relação aos pretos, de certa forma podemos dizer que essa ocorrência está ligada a fatores do arcabouço histórico de formação da sociedade brasileira. Verificamos também uma melhoria desse índice, entretanto a níveis globais podemos inferir que é necessário haver mais investimento para melhoria do ensino médio, para que também seja eliminado o paralelismo entre as raças.

GRÁFICO 24



Segundo fatores de renda (Gráfico 25), novamente verificamos grande diferença entre os diferentes níveis de renda, isto é para a classe mais alta verifica-se um menor nível de distorção do que entre os mais pobres. Apesar da significativa melhoria do índice nesse período, ele ainda encontra-se em níveis baixos principalmente para a população de nível de renda mais baixo.

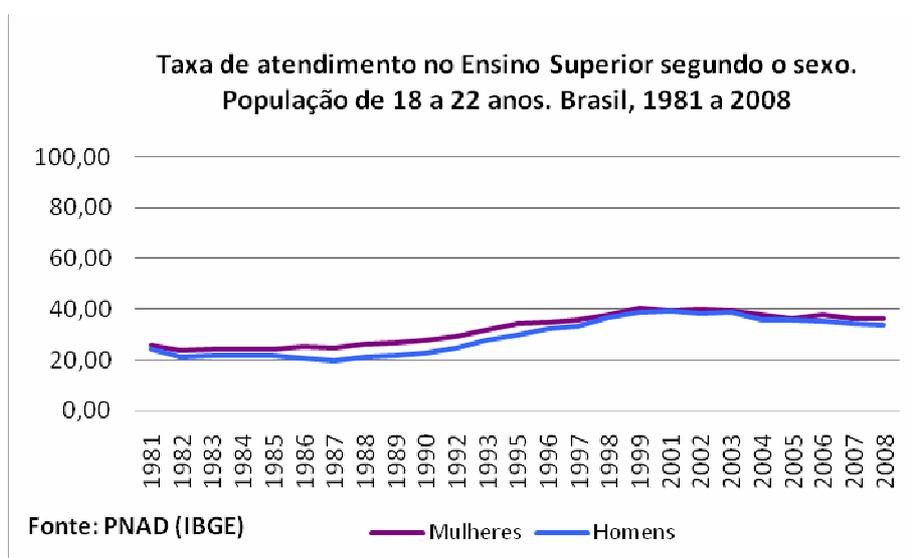
GRÁFICO 25



Indicadores para o Ensino Superior

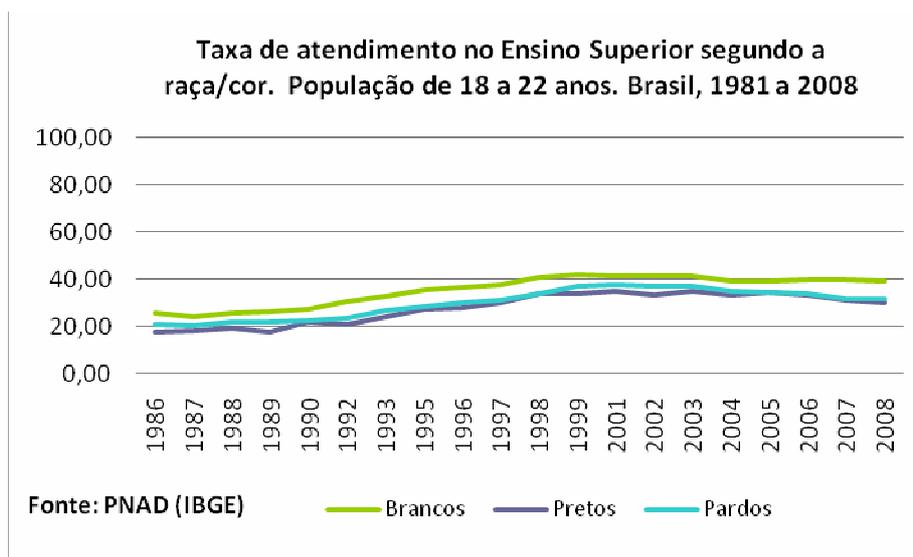
No Gráfico 26 se verifica que a taxa de atendimento no Ensino Superior tem índices muito baixos, o que reflete na dificuldade de acesso e manutenção nesse nível de ensino. Verifica-se também um baixo, porém significativo aumento do indicador nesse período, passando de 20% para 40%. Podemos também observar que para o Ensino Superior há convergência entre os sexos.

GRÁFICO 26



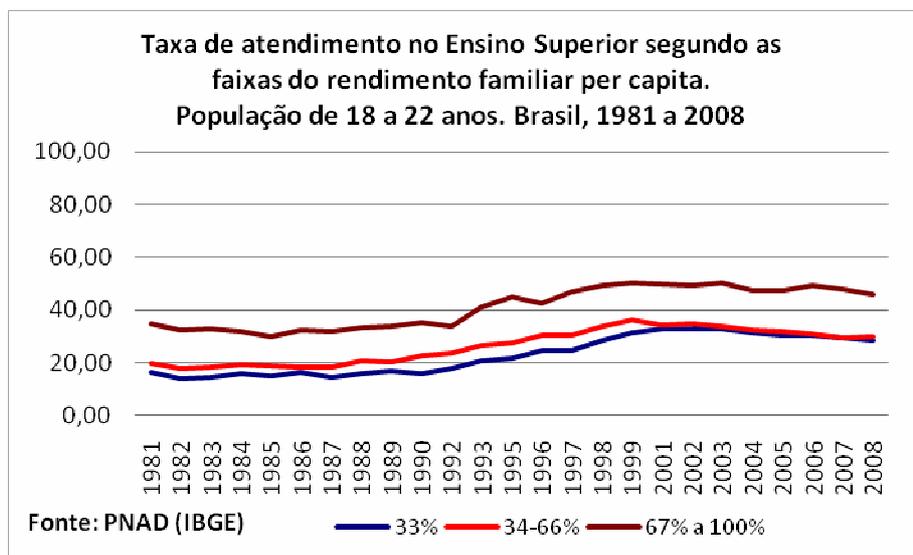
De acordo com o Gráfico 27 podemos notar que existe um pequeno gap entre o acesso ao nível superior dos brancos ao dos pretos e pardos, o que revela, quando comparado com o gráfico de rendas que ao invés de serem criados programas que promovem melhoria no acesso via cotas raciais, seria mais interessante que fosse promovidos programas que favorecem o acesso de acordo com nível socioeconômico.

GRÁFICO 27



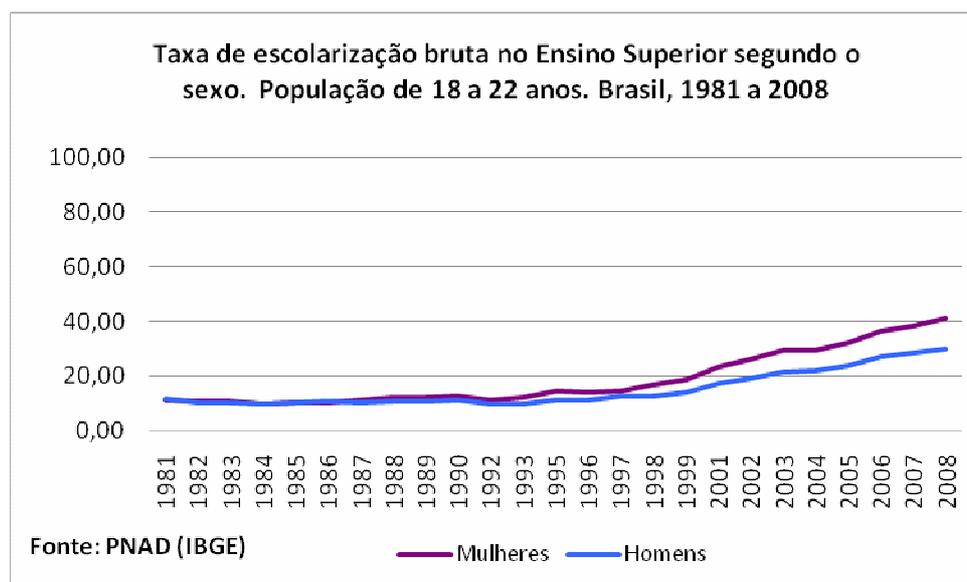
Segundo o Gráfico 28 podemos inferir que há uma grande distorção entre o atendimento para os mais ricos e para os mais pobres, alcançando uma diferença de quase 20%. Novamente podemos inferir que houve significativa elevação da taxa de atendimento, entretanto esse indicador ponderado pela renda, revela que é preciso criações de políticas públicas que melhore o acesso da população com nível de renda mais baixo.

GRÁFICO 28



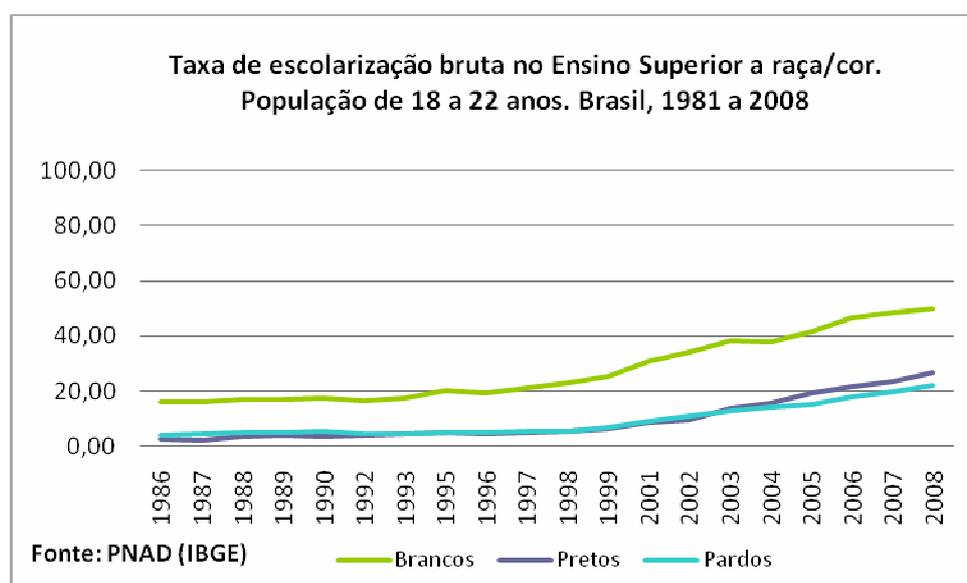
Visualizando o Gráfico 29 podemos inferir que a taxa de escolarização bruta apresenta índices muito baixo no período analisado. Contudo sofreu grande elevação a partir dos anos 90, que não foram suficientes para alcançar o nível de 50% de escolarização bruta. Ele mostra a variação da taxa de escolarização bruta ponderada pelo sexo entre 1981 a 2008, podemos inferir que a partir de meados dos anos 90, a escolarização das mulheres passou a apresentar níveis maiores do que a dos homens.

GRÁFICO 29



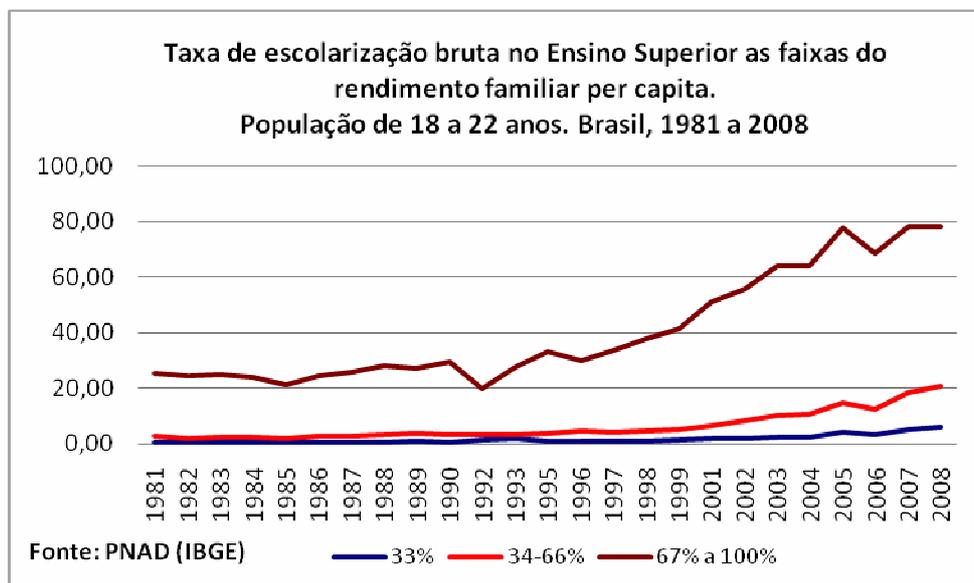
Através do Gráfico 30 verificamos a grande diferença existente do indicador com relação aos brancos, pretos e pardos, temos que os brancos apresentam um nível de escolarização bruta muito mais elevado e essa diferença ocorre durante todo período, mesmo com a melhoria dos níveis a partir do séc. XXI.

GRÁFICO 30



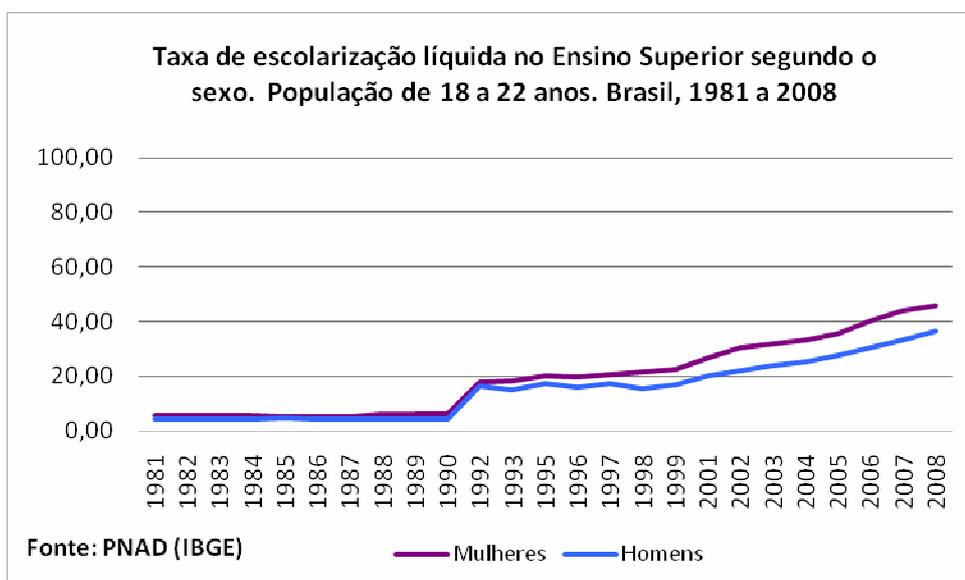
O Gráfico 31 mostra uma discrepante diferença entre a escolarização bruta da classe rica em detrimento da média e baixa, chegando alcançar um diferencial de aproximadamente 60% em 2008.

GRÁFICO 31



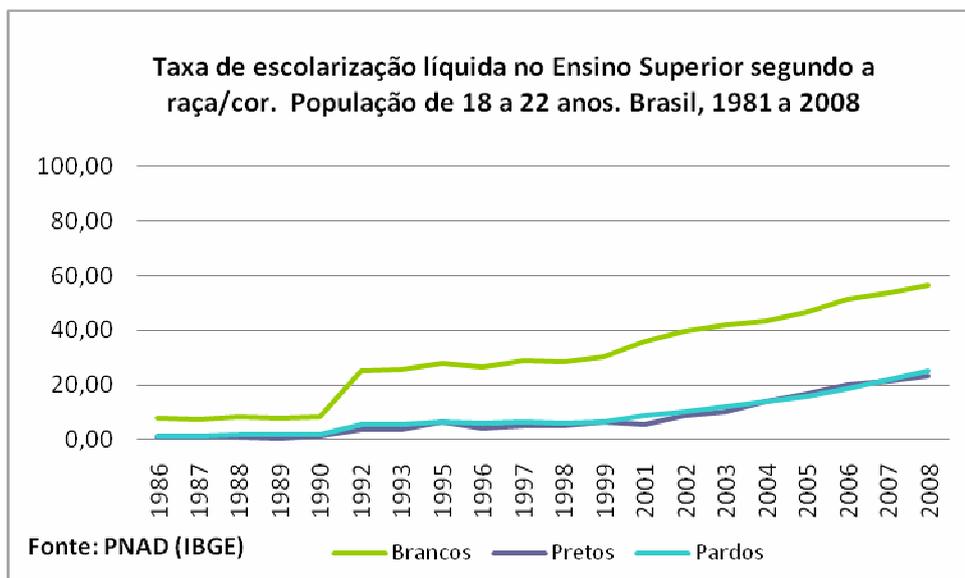
O Gráfico 32 revela mais uma vez a deficiência existente no Ensino Superior, que ainda mantém níveis muito baixos de qualidade e acesso. O primeiro, ponderado pelo sexo mostra uma pequena diferença entre os homens e mulheres surgido a partir dos anos 90 em diante. Importante observar que a taxa de escolarização sofreu um grande aumento passando de aproximadamente 1%, em 1981, a 40% em 2008, entretanto é ainda um nível muito baixo.

GRÁFICO 32



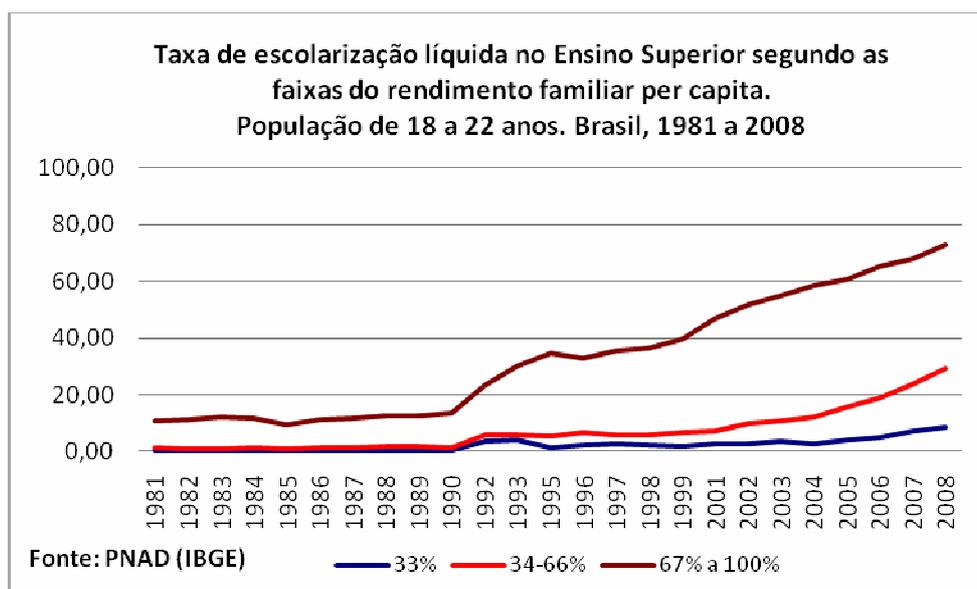
No Gráfico 33 visualizamos grande diferença dos níveis de escolarização dos brancos em relação aos pretos e pardos, sendo que esse diferencial alcança cerca de 40% no período de 2001 a 2008.

GRÁFICO 33



Pelo Gráfico 34 podemos inferir que a partir dos anos 90 houve um grande crescimento na taxa de escolarização líquida do Ensino Superior, principalmente para a classe alta. Ainda visualizamos uma grande disparidade entre a população de diferentes níveis de renda, principalmente entre as classes alta e baixa, o que implica que não houve mudanças na eficiência escolar para as classes que angariam rendas mais baixa.

Gráfico 34



CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Brasil certamente é um país de muitas iniquidades: sociais, de renda, de raça/cor. Na esfera educacional, tais iniquidades possuem implicações bastante deletérias sobre o bem-estar futuro e a mobilidade econômica dos indivíduos. Este artigo buscou reportar a evolução de alguns indicadores de eficiência escolar ao longo de uma série histórica longa no Brasil, e a trajetória destes indicadores no tempo em cada um dos grupos socioeconômicos.

Os resultados aqui obtidos revelam que houve um grande avanço em termos equitativos no acesso ao Ensino Fundamental, conforme as evidências para a taxa de atendimento, taxa de escolarização bruta e taxa de escolarização líquida (convergência entre os grupos). O Ensino Médio também apresentou melhoria nos indicadores, porém em menor magnitude do que o Ensino Fundamental. Por sua vez, o Ensino Superior apresentou uma ligeira melhoria nestes indicadores. Em termos do patamar de defasagem idade-série, verificamos que houve uma significativa redução nas taxas de distorção idade-série na 1ª e 5ª série do Ensino Fundamental (de 80% para 50% no primeiro caso e de 65 para 30% no segundo caso). Contudo, considera-se que tais níveis ainda são bastante elevados, suscitando a adoção de políticas que reduzam a defasagem escolar.

A evolução dos indicadores segundo atributos da população (sexo, raça/cor e faixas do rendimento familiar *per capita*) revela o potencial das políticas educacionais de cunho universal na equalização do acesso aos níveis de ensino. Podemos verificar claramente que, em especial no Ensino Fundamental (para o qual a grande maioria das políticas foram direcionadas), houve uma vertiginosa redução no tempo no diferencial por sexo, raça/cor e classe social. Desta forma, urge necessária que tais políticas sejam também direcionadas ao Ensino Médio e Superior. Nesta década emergiram algumas orientações de políticas neste sentido, porém se espera que as mesmas possam ser ainda mais efetivas em seus propósitos, dada a abismal estratificação educacional nestes níveis.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. 1988.
- BRASIL. *Lei Nº 9.424*. dez 1996.
- BRASIL. *Plano Nacional de Educação - PNE*. 2001. Ministério da Educação, INEP.
- BRASIL. *Decreto Nº 6.094*. abr 2007.
- FREITAS, D. N. T. de. A gestão educacional na interseção das políticas federal e municipal. *Rev. Fac. Educ*, v. 24, n. 2, jul 1998.
- HADDAD, F. *O Plano de Desenvolvimento da Educação: razões, princípios e programas*. (S.l.), 2008.
- PRATI, L. E.; EIZIRIK, M. F. Da diversidade na passagem para a quinta série do ensino fundamental. *Estudos de Psicologia*, v. 23, n. 3, p. 289–298, jul/set 2006.
- RIANI, J. L. R.; GOLGHER, A. B. Indicadores educacionais confeccionados a partir de bases de dados do IBGE. In: RIOS-NETO, E. L. G.; RIANI, J. de L. R. (Ed.). *Introdução à Demografia da Educação*. Campinas: Associação Brasileira de Estudos Populacionais, 2004. cap. 2, parte 2.
- ROSA, D.; PROENÇA, E. A passagem da quarta para a quinta série: rupturas no sistema educativo e possibilidades de intervenção. In: MARASCHIN; FREITAS; CARVALHO (Ed.). *Psicologia e Educação: multiversos sentidos, olhares e experiências*. Porto Alegre: UFRGS, 2003.
- SAVIANI, D. O plano de desenvolvimento da educação: Análise do projeto do MEC. *Educ. Soc.*, v. 28, n. 100, p. 1231–1255, out 2007.
- SOUSA, C. P. de. Limites e possibilidades dos programas de aceleração de aprendizagem. *Cadernos de Pesquisa*, v. 108, p. 81–99, nov 1999.
- VALENTE, I.; ROMANO, R. PNE: Plano nacional de educação ou carta de intenção? *Educ. Soc.*, v. 23, n. 80, p. 96–107, set 2002.